

# ANDES: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS\*

Marcelo Siqueira Ridenti

UNESP – Araraquara

*Trata-se aqui da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior/Sindicato Nacional (ANDES), como exemplo da construção, por setores das novas classes médias, de identidades críticas em relação à ordem estabelecida. A hipótese levantada é que instituições representativas desses setores, caso da ANDES, defendem posições corporativas, por vezes contraditórias com a postura mais universal e socializante das lideranças sindicais e partidárias, especialmente nas áreas da educação, da cultura e da saúde pública.*

Este artigo toma a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior/Sindicato Nacional (ANDES) como exemplo da construção de identidades críticas, por setores das novas classes médias, em relação à ordem estabelecida. Destaca-se a ambigüidade de suas lutas: são defendidas posições corporativas, por vezes contraditórias com o discurso mais universal e socializante das lideranças sindicais e partidárias.

Por certo, não caberia atribuir posturas de rebelia às classes médias em seu diversificado conjunto. Contudo, os setores ligados à aplicação dos investimentos sociais do Estado em educação, saúde, cultura, transportes, habitação e outros gastos governamentais para o bem-estar da população globalmente considerada (não para o financiamento de empresas privadas) — organizados em sindicatos e associações de professores, previdenciários, médicos sanitaristas, artistas etc. — vêm assumindo na luta social e política identidades que podem ser consideradas de esquerda, embora sem univocidade político-partidária ou ideológica<sup>1</sup>.

A tendência à esquerda desses setores das novas classes médias pode ser explicada — além das condições salariais e de trabalho cada vez mais precárias — pelo seu lugar na articulação entre o público e o privado, ao buscar atrair maiores investimentos governamentais para as áreas de bem-estar social, quer para atender melhor a população globalmente considerada (eis o caráter público, universal e socializante de suas reivindicações), quer para conseguir melhores condições de trabalho e de remuneração

1 Entende-se por “esquerda”, numa formulação sintética, as forças políticas críticas da ordem capitalista estabelecida, identificadas com as lutas dos trabalhadores por uma transformação social. Trata-se de uma definição ampla, próxima da utilizada por Gorender, para quem “os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes” (1987. p.7). Também Marco Aurélio Garcia trabalha com um conceito amplo de “esquerda”, próximo do empregado aqui (1986. p.194-5).

\* Este artigo resulta de pesquisa desenvolvida no Departamento de Sociologia da UNESP, campus de Araraquara, com apoio do CNPq.

(aqui o caráter particular, corporativo, de legitimidade inegável, já que todos têm direito de reivindicar melhorias trabalhistas, as quais podem irmanar os funcionários do Estado aos demais trabalhadores). As lutas dos setores das novas classes médias de esquerda são marcadas por essas duas características, as quais são compatíveis, embora possam tornar-se contraditórias, no momento em que os interesses particulares dos funcionários se sobrepuserem aos interesses públicos, gerando o chamado "corporativismo"<sup>2</sup>.

A seguir, numa breve análise da ANDES, procuraremos tornar mais evidente a ambigüidade das lutas de setores de esquerda das novas classes médias.

## ANDES: ENTRE O CORPORATIVISMO E A TRANSFORMAÇÃO

O Movimento Docente tem características em comum com o Movimento Estudantil, no âmbito universitário: ambos convivem no mesmo espaço acadêmico; o Movimento Docente por vezes é composto de ex-militantes do Movimento Estudantil (os primeiros dirigentes da ANDES — quase todos vinculados ao Movimento Estudantil nos anos 60 e 70 — costumavam dizer que a associação era "a pós-graduação da UNE"); finalmente, o Movimento Docente herda uma característica essencial do Movimento Estudantil, que é ter, segundo Marialice Foracchi, "na fusão da luta reivindicativa com a luta política o seu estilo característico de luta" (1982. p.49). Tal característica revelou-se de forma exemplar no ano de 1968, quando as lutas estudantis "centraram-se inequivocamente em dois eixos fundamentais: a luta antiditatorial e a campanha pela transformação da universidade", como observa Martins Filho (1987. p.143).

Tanto a prática da ANDES quanto vários documentos atestam a convivência da luta reivindicativa e da luta política no Movimento Docente. A própria entidade nasceu da articulação de associações de professores organizados para transformar a Universidade e para lutar pela redemocratização da sociedade mais abrangente. Como se lê no preâmbulo do *Estatuto da ANDES*, a entidade

*teve seu processo de criação calcado em uma firme organização na base, a partir das ADs — Associações de Docentes, que surgiram em várias universidades brasileiras já em 1976, na perspectiva de defesa destas instituições, seriamente abaladas pelas constantes intervenções do regime militar, e na defesa dos interesses dos seus docentes.* (Estatuto, 1989. p.6)

No mesmo sentido, Osvaldo de Oliveira Maciel — primeiro presidente da ANDES (gestão 1981-1982) — afirma que o Movimento Docente foi

*participante ativo da resistência contra o regime militar, aliado ao conjunto de forças que compunham a grande frente das oposições que exigia a democracia política, paralelamente à luta por reivindicações econômicas e demandas sociais. Elas apon-*

*tavam claramente os objetivos a conquistar: "a democracia na sociedade e na universidade", "a transformação na educação" e a construção de "um novo caminho para o sindicalismo brasileiro".* (Maciel, 1992. p.2-3)

Maciel atesta a fusão da luta reivindicativa com a luta política no Movimento Docente, o qual, desde o início, "conjugava a postura nitidamente sindical e classista (...) à posição necessária de lutar contra as políticas que submetem a Universidade e a Educação a um processo de esvaziamento econômico e de mediocrização burocrática" (1991. p.72).

O depoimento de Maciel a *Universidade e Sociedade*, revista da ANDES, esboça uma espécie de memória dos primeiros tempos da entidade, cuja história ainda está por ser reconstituída academicamente. A intenção aqui não é propriamente fazer essa reconstituição histórica, a não ser quando essencial para o objetivo almejado: demonstrar a tendência de setores das novas classes médias para constituir uma representação social e política de esquerda, num processo contraditoriamente marcado pelas reivindicações particularistas e universalizantes.

Desde meados dos anos 70, sobretudo nas universidades públicas, foram surgindo Associações de Docentes (ADs). Elas passaram a entrar em contato mais direto umas com as outras a partir dos encontros paralelos realizados durante as Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Esses encontros, dos quais "também participavam docentes de Universidades onde não existiam ADs, estimulam o processo organizativo", nas palavras de um documento do Grupo de Trabalho de Política Sindical da ADUFC (*Universidade e Sociedade*, 4, 1992. p.86). Durante a Reunião da SBPC, na Universidade de São Paulo, em julho de 1978, "convocados por um cartaz colocado pela Adusp, na secretaria da 30ª Reunião da SBPC, dezessete ADs de vários estados, reuniram-se pela primeira vez", segundo Carlos Eduardo Baldijão (1988).

A partir daí, as ADs passaram a agendar encontros, com mobilização crescente: I, II e III Encontro Nacional de Associações Docentes (ENAD), depois o Congresso Nacional dos Docentes Universitários (CNDU), que culminou na criação da ANDES, no Congresso de Campinas, em fevereiro de 1981. Já consolidada, a ANDES passou a se constituir legalmente como Sindicato Nacional a partir de seu II Congresso Extraordinário, realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 1988. A ANDES-Sindicato Nacional tem como instâncias: o Congresso (anual, com delegados

2 O termo "corporativismo" está sendo utilizado no sentido corrente que vem ganhando, não só nos trabalhos acadêmicos, mas também nas lutas sociais recentes. Ele implica a sobreposição dos interesses de um sindicato ou de um setor profissional (corporação) aos interesses do conjunto da sociedade. Sinteticamente, "corporativismo" seria a predominância dos interesses particulares da corporação sobre os interesses públicos. Nesse sentido, o termo afasta-se um pouco de sua formulação clássica (ver Pasquino et al., 1992. p.287-91).

indicados pelas ADs, em assembléias ou por votação); o Conselho (CONAD, semestral); a Diretoria (eleita diretamente por todos os docentes); e as Associações Docentes-Seções Sindicais (ADs); conforme regulamentação de seu *Estatuto* (1989).

A ANDES tem buscado organizar o conjunto dos docentes em Instituições do ensino superior, públicas e privadas, e até mesmo os professores de primeiro e segundo graus empregados nas escolas mantidas pelas universidades. No entanto, a entidade encontra maior representatividade nas universidades públicas, de onde vem a maioria de seus dirigentes. Não cabe aqui fazer um estudo das razões desse dado, mas, já que a ANDES está sendo tomada como referencial na luta dos professores que são funcionários públicos — tendencialmente constituintes de um setor de esquerda das novas classes médias — poderíamos tão-somente elencar algumas das razões: a dificuldade de organização, devido à rotatividade no emprego e ao controle patronal mais presente sobre os docentes das instituições de ensino superior particulares; o projeto dos professores mais qualificados dessas instituições de passar para a rede do Estado, onde as condições de trabalho e salário costumam ser melhores; as origens da ANDES, sobretudo nas associações docentes da universidade pública; a própria postura política, ideológica e educacional da entidade, de luta pelo ensino superior público e gratuito etc.

A atuação da ANDES tem sido significativa não só nas lutas de reivindicação profissional dos docentes — comandou greves nas universidades federais, por exemplo —, mas também em todos os momentos da vida social e política nacional: luta pelo fim da ditadura e retorno ao estado de direito, campanha das "Diretas-Já" em 1984, pressão na Assembléia Nacional Constituinte para estabelecer plenos direitos sociais de cidadania, adesão ao movimento pelo *impeachment* do presidente Collor etc. O viés adotado nessas lutas tem sido nitidamente de esquerda, anti-privatista, cerrando fileiras com os defensores da coisa pública, acuados pela ofensiva neoliberal dos anos 80 e princípio dos 90. Tal posição pode ser verificada em todos os documentos da ANDES, e também em praticamente todos os artigos publicados em sua revista semestral, *Universidade e Sociedade*, lançada em 1991 como um "instrumento de ação política", no combate "à privatização do público ou sua refuncionalização frente ao processo de reprodução capitalista", nas palavras do editorial de Sadi dal Rosso. No primeiro número da revista, o presidente da ANDES, Carlos Eduardo Malhado Baldijão, destacava a necessidade de "cerrar fileiras, ao lado da CUT e demais entidades, em um grande movimento contra a recessão, na defesa do emprego, do salário, dos serviços públicos essenciais, da democracia e por um desenvolvimento soberano". Ou seja, a ANDES incluía em sua pauta as reivindicações defensivas do conjunto da esquerda contra o avanço neoliberal.

Os editoriais seguintes de *Universidade e Sociedade*, assinados por Lúcia Helena Lodi, mantêm o

tom de esquerda, no limite, anticapitalista. No número 2, de novembro de 1991, lê-se no editorial:

*Em suma, o objetivo fundamental das políticas neo-liberais consiste em fazer com que a força de trabalho volte outra vez a defrontar-se com o capital no mercado de trabalho sem a mediação de instâncias que lhe proporcionem certas garantias de segurança, estabilidade e padrão de vida. Estas são condições férteis para colocar nas costas dos trabalhadores os custos de um novo surto de desenvolvimento capitalista. (I, 2, 1991. p.5)*

Também no editorial do número 3, de junho de 1992, aparece a posição de combate à "política social excludente da classe trabalhadora", promovida pelos "setores mais obscurantistas da elite dominante no país" (II, 3, 1992. p.5). Os artigos do número 4, de dezembro de 1992, tratando de temas diversificados, teriam como denominador comum "uma tese cara ao movimento democrático e popular: a 'desalienação' das relações sociais, a preocupação com a participação plena do homem na construção de sua própria história" (II, 4, 1992. p.1). Ou seja, existe na revista uma inspiração nitidamente marxista, uma postura radicalmente crítica da ordem capitalista — que, se não é compartilhada pelo conjunto dos docentes, por certo o é pela maioria da direção do movimento e por uma parte de suas bases. Isso fica claro novamente no editorial do número 5 da revista, de julho de 1993:

*A ação conservadora na revisão constitucional serve-se da crise do Leste Europeu para tolher as conquistas de inspiração socialista e mascara interesses específicos da oligarquia brasileira. (...) o caminho a ser percorrido pode não estar tão claro quanto aparentemente esteve em passado recente. Não resta dúvida, porém, que o capitalismo não resolveu as contradições que têm impulsionado o movimento social desde sua origem. (III, 5, 1993. p.5)*

A ANDES é uma entidade apartidária, no sentido de que não recebe "qualquer tipo de orientação partidária, de decisão que pudesse vir do exterior e ser aplicada ao movimento docente", nas palavras de Rubens Pinto Lyra, corroboradas por Sívio Frank Alem e pelo próprio *Estatuto da ANDES*, que estabelece em seu artigo 4 que a entidade é "democrática, sem caráter religioso nem político-partidário" (*Estatuto*, 1989. p.38). Entretanto — como é notório e reconheceram os dois entrevistados —, pelo seu histórico e pelas posições que a ANDES tem defendido, sempre existiu uma identidade nítida entre seus principais dirigentes e o Partido dos Trabalhadores (PT). Para Lyra,

*uma hegemonia petista é indiscutível, enquanto afinidade, sensibilidade, ideário, identificação política, radicalidade, concepção democrática e concepção sindical (...) mas o partido jamais teve qualquer tipo de ingerência, aliás nem sei se o PT tem elaborada alguma política para a Universidade.*

Conforme nos relatou Sívio Frank Alem — infelizmente falecido no final de 1993, poucos meses depois de nos conceder entrevista —, apesar da identidade com o PT e da filiação à CUT, não se tem

reproduzido na ANDES “a briga das tendências que caracteriza o sindicalismo petista”<sup>3</sup>. Para o ex-secretário-geral da ANDES, existem “companheiros que têm ligações com tendências, mas não há ações organizadas das tendências dentro da ANDES”, no sentido de “aparelharem as organizações sindicais”. Ele não descartou, contudo, “a possibilidade de que em algum momento comece a se dar [a briga de tendências petistas], mas a história da ANDES não tem sido esta”.

Isso não significa que não haja disputas no interior do movimento. Mas elas geralmente são resolvidas por negociação e composição políticas que evitam o lançamento de mais de uma chapa, como foram os casos das eleições para as diretorias da ANDES em 1981 (primeira gestão — ver a respeito o depoimento de Osvaldo Maciel, 1992), e em 1991 (gestão 1992-1994). Houve apenas um caso marcante de disputa entre duas chapas, em 1986; cada uma delas tinha uma visão política distinta do processo de redemocratização da sociedade brasileira, ambas no âmbito da esquerda: uma era herdeira do ideário de frente oposicionista — ligada às teses, no campo político-partidário, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) —, a outra era vinculada às forças políticas e sindicais que haviam dado base ao surgimento do PT, e terminou vitoriosa nas urnas espalhadas pelas escolas superiores de todo o País. Manteve-se a hegemonia de petistas na ANDES.

Posições de esquerda podem ser encontradas não só em *Universidade e Sociedade*, mas em quase todos os documentos da ANDES. A “Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira”, publicada nos *Cadernos ANDES*, n.2, de julho de 1986 — e cuja primeira versão data de 1981 —, indica claramente a necessidade de a universidade deixar de ser “subordinada à lógica do mercado ou ao clientelismo político” (1986. p.23), bem como a imperiosidade da luta contra “a privatização do ensino superior, em detrimento de sua qualidade, deteriorada pela mercantilização da educação” (1986. p.iii). A tarefa seria definir uma nova política institucional para

*reverter o quadro atual, em que se procurou adequar a universidade, sobretudo a partir de 1968, ao padrão de acumulação capitalista consagrado pelas classes dominantes, com base em um modelo econômico internacionalizado, concentrador e excludente. A modernização conservadora imposta às Instituições de ensino superior consagrou a racionalidade empresarial e a tecnocracia como valores absolutos.* (1986. p.8)

A proposta de constituir uma nova política institucional para a Universidade envolve centralmente a aplicação e a gestão efetivamente coletivas do fundo público, que passaria a privilegiar os investimentos em educação — e também em saúde e outros gastos sociais — em detrimento do financiamento à iniciativa privada. O documento constata “a progressiva desobrigação do Estado com a manutenção dos serviços

públicos de caráter social e a criação de mecanismos que apóiam e facilitam a sua transformação em atividades rentáveis pelo capital privado” (1986. p.17). Contra a “privatização do Estado”, propõe-se que ele assumira um caráter efetivamente público.

A “Plataforma dos Docentes do Ensino Superior para a Constituinte” (*Cadernos ANDES*, n.4, de maio de 1987) girava sobretudo em torno da aplicação coletiva do fundo público — essencial para caracterizar um novo setor de classe média, potencialmente de esquerda. Segundo o documento,

*a luta pelo Ensino Público e Gratuito no Brasil representa, com clareza, um exemplo da divergência existente entre os interesses da maioria da população brasileira em obter serviços públicos de boa qualidade e aqueles das classes mais privilegiadas que controlam o Estado e suas políticas (...) a política educacional do governo se desenvolve em ritmo acelerado, na direção de eximir o Estado de sua responsabilidade social com a educação, que passa a cumprir uma função preponderantemente integradora, acrítica e com caráter fortemente conservador.* (1987. p.17)

Mesmo constatando que a “Constituinte Congresual” teria sido “a resposta da classe dominante à grande mobilização popular contra o regime militar e por eleições diretas”, o documento advogava a necessidade da ampliação das políticas públicas, particularmente nas áreas de educação, ciência e tecnologia, e convocava o Movimento Docente para que,

*em articulação com os movimentos sociais, se posicione firmemente com vistas a uma intervenção unificada na Constituinte. O objetivo é levar a luta pelo ensino público e gratuito, pela Ciência e Tecnologia, pela reforma agrária, pelo direito de greve, bem como pela liberdade e autonomia sindicais entre outros pontos centrais.* (1987. p.14)

É uma constante nos documentos da ANDES a defesa dos direitos sociais, de cidadania plena e daquilo que Wolfgang Leo Maar chamou de “espaço público crítico” (1991), como se pode verificar também em quase todos os artigos de *Universidade e Sociedade*, não só naqueles de autoria de dirigentes do Movimento Docente, mas também nos escritos por conhecidos intelectuais acadêmicos de esquerda, menos ligados organicamente à ANDES, como Marilena Chaui e Francisco de Oliveira. Para Chaui, escrevendo contra o Plano Brasil Novo do presidente Collor, se “a privatização do espaço público é um risco para a democracia, também o é para a cultura”:

*A construção da nova política federal se faz, como vimos, sob os imperativos ditados pelos mass media (do corpo de presidente da República à fala de seus ministros) e pelos códigos da vida privada, da*

3 A ANDES coloca-se à esquerda no interior da CUT; foi, por exemplo, contrária à filiação da Central — afinal aprovada pela entidade — à Conferência Internacional de Organizações Sindicais Livres, CIOSL, tradicionalmente considerada pró-capitalista no interior do movimento sindical.

qual faz parte a lógica do mercado (afinal, o mercado funda-se na propriedade "privada"), de sorte que é consequência necessária a privatização da cultura, tanto como submissão ao jogo do mercado, tanto como redução do trabalho cultural a gostos e preferências pessoais. (Chauí, 1991. p.63)

Francisco de Oliveira, no artigo "Universitários, uni-vos", conclama a ANDES e os demais "novos sujeitos coletivos de uma Universidade moderna" a construir um projeto para a universidade pública, evitando qualquer corporativismo, pois,

*se este pode comumente ser parte de um momento constitutivo de certas categorias de trabalhadores, no âmbito da Universidade ele tem efeitos perversos. A principal relação da Universidade pública é com o público, formado não indiscriminadamente, mas especificado nos partidos, nas outras organizações de classe, nas associações científicas, e, finalmente, condensado numa opinião pública qualificada pela presença dos outros sujeitos coletivos fundamentais da sociedade. Sua relação privilegiada nem é com o Estado, provedor no sentido mais amplo dos recursos financeiros, nem com a burguesia, como cliente. O público, âmbito também da burguesia enquanto classe, é o locus do travejamento onde a Universidade pode, e deve, estabelecer relações com os sujeitos coletivos fundamentais da sociedade e com o Estado, deslocando os termos do estéril debate entre universidade estatal ou privada, para uma Universidade pública. (Oliveira, 1991. p.9)*

O texto de Oliveira aponta para o lado público fundamental da luta da ANDES, mas adverte nas entrelinhas sobre os "efeitos perversos" do corporativismo no âmbito das lutas trabalhistas na Universidade. Como é sabido, o Movimento Docente trava, ao lado da luta política mais abrangente — que afeta não só a vida do professor, mas do conjunto da sociedade —, uma luta sindical específica, por melhores salários e condições de trabalho. Essa luta específica — mais capaz de mobilizar as bases — às vezes pode correr o risco de chocar-se com os interesses mais gerais e públicos defendidos pelo movimento, gerando o chamado "corporativismo". Apesar da recusa dessa qualificação — usada pelos conservadores para desqualificar as reivindicações socializantes do Movimento Docente —, vários documentos da ANDES admitem o problema. Por exemplo, seu *Estatuto* destaca a necessidade de pensar mecanismos de avaliação das atividades docentes, ainda que esse dispositivo encontre, das bases à direção do movimento, resistência dos que entendem que a avaliação só pode ser feita após a recuperação mais ampla da Universidade, sob pena dos professores serem tomados como bodes expiatórios da crise no ensino superior:

*O trabalho docente (ensino, pesquisa e extensão) precisa ser avaliado sistematicamente, a partir de critérios definidos de forma pública e democrática, não só para evitar a tutela estatal e a influência do capital, mas também qualquer esquema de privi-*

*légios corporativos da categoria. (Estatuto, 1989. p.17, grifo nosso.)*

Ao tema da avaliação foi dedicado todo o número 7 dos *Cadernos da ANDES*, de fevereiro de 1989; reproduziram-se as mesas-redondas que tiveram lugar no II Seminário Nacional sobre Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica, para as quais foram chamados, além de integrantes da direção da ANDES, outros professores, e até mesmo um alto dirigente da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). A avaliação também foi objeto de vários artigos da revista *Universidade e Sociedade*, como os de Luiz Antonio Cunha (1992), de Luís Carlos de Freitas (1992) e de Miriam Limoeiro Cardoso (1991). Este último aponta a necessidade de "implementar a avaliação da Universidade ou do trabalho universitário", embora criticando a forma como esta avaliação tem sido feita:

*Desde logo, porém, é bom explicitar que esse tipo de crítica à proposta oficial de avaliação não exclui da necessidade de crítica o despreparo profissional e o pouco empenho no trabalho que encontramos hoje na Universidade brasileira por parte de alguns docentes, mesmo quando as condições de trabalho oferecidas, ainda que precárias, permitem e até facilitam a realização de estudos pós-graduados, bem como a preparação de cursos de qualidade e a realização de pesquisa. (Cardoso, 1991. p.14)*

Embora reconheça que a ANDES não tenha avançado muito na discussão, Miriam Limoeiro Cardoso ressalta que a entidade defende a necessidade da avaliação desde que começou a se constituir, pois o Movimento Docente, além de ser reivindicativo, de caráter sindical — organizando e encaminhando "as lutas por salário e por melhores condições de trabalho dos professores do 3º grau" —, "sempre esteve à frente na luta em defesa da Universidade Pública, gratuita, autônoma, democrática e de qualidade" (1991. p.20). Esses dois aspectos — argumentamos nós — podem ser contraditórios, daí talvez o escasso avanço da ANDES nessa matéria. Na entrevista que nos concedeu, Rubens Pinto Lyra chegou a afirmar que propostas efetivas de avaliação sempre foram boicotadas no interior da ANDES.

Em artigo "Sobre a autonomia universitária", Lúcia Helena Lodi e Cândido Geraldez Vieitez afirmam que, embora sem consenso, "começa a se admitir que alguma forma de avaliação do trabalho acadêmico se faz necessária para a Universidade". O objetivo do artigo é conchamar os professores a tomarem atitude ativa na formulação das políticas universitárias, e que cheguem até mesmo a assumir o "exercício pleno da administração universitária":

*a participação dos professores nos órgãos colegiados até este momento tem padecido da seguinte contradição: é forte e ativa quando se trata de resistir a políticas consideradas atentatórias às prerrogativas já estabelecidas dos docentes no que diz respeito às condições de trabalho, e é extremamente frágil quando se trata de deixar o campo da mera resistência para a adoção de atitudes ativas e cons-*

*trutivas em relação à vida da Universidade.* (Lodi e Vieitez, 1991. p.40)

Essas palavras revelam por outra via a situação de contradição vivida por ex-dirigentes do Movimento Docente, que hoje ocupam cargos de comando na Universidade, como diretores de institutos ou faculdades, pró-reitores ou até reitores, eleitos diretamente pela comunidade acadêmica. Aqueles que resistem à atitude fácil de acomodação à ordem estabelecida vêem-se desafiados a propor mudanças de fundo na Universidade, para o que precisam de apoio e mobilização dos docentes, cujos interesses imediatos eles por vezes se vêem na contingência de enfrentar. Devem, então, negociar com o movimento em nome do Estado. Trocam de lado, mas permanecem "agentes técnicos da administração da medida" (a característica por excelência das classes médias, segundo Francisco de Oliveira, 1988), provavelmente mais sensíveis que seus predecessores à aplicação efetivamente pública dos gastos estatais, mas tendo de negociar com todas as forças sociais, não podendo simplesmente acatar o conjunto das reivindicações dos movimentos de docentes, funcionários e estudantes — os quais às vezes passam a tratá-los como traidores, justamente ou não.

Exemplo de dificuldade para um ex-presidente de Associação Docente que se elegeu reitor é o de Neroaldo Pontes de Azevedo, dirigente máximo da Universidade Federal da Paraíba em 1993. Conforme nos relatou Rubens Pinto Lyra, Neroaldo enquanto reitor passou a ser hostilizado por professores e funcionários no momento em que exerceu a obrigação institucional de recorrer de uma decisão judicial que favorecia os assalariados da Universidade. É um caso típico que se tem repetido em inúmeras universidades. O reitor deve simplesmente acatar as decisões do Movimento, mesmo que para isso descumpra sua obrigação funcional como gerente acadêmico, como gestor em nome do Estado dos rumos da Universidade? Ou deve ignorar o Movimento e agir apenas conforme as exigências institucionais do cargo? Entre as duas opções, o dirigente universitário caminha politicamente sobre o fio da navalha, arriscando-se a cair ou numa posição autoritária e conservadora ou no populismo corporativista.

O problema do "corporativismo" — que entra em choque com as perspectivas mais abrangentes de transformação socializante na educação e na sociedade — é reconhecido por dirigentes da ANDES. Por exemplo, em seu depoimento para reconstituir a história da entidade, o ex-presidente Osvaldo de Oliveira Maciel afirma que um aspecto negativo da greve das Universidades Federais de 1980 foi a "incapacidade de se posicionar sobre a absorção de milhares de docentes, por decreto, na carreira do magistério", conforme determinação do Ministério da Educação, fornecendo "argumentos, até hoje, para os adversários do MD e da Universidade" (Maciel, 1991. p.75). Apesar de alguns militantes do Movimento Docente recusarem, em teoria, propostas e práticas corporativas

em várias universidades públicas — como a efetivação sem concurso e a ascensão na carreira por tempo de serviço —, acaba prevalecendo a pressão dos que alegam que alguns benefícios corporativos servem para contrabalançar a situação adversa e de arrocho salarial na academia, só podendo ser alterados os benefícios após uma transformação mais profunda na estrutura universitária. Pode-se mesmo perguntar se a aceitação de práticas corporativistas não seria o preço a pagar, pelos dirigentes de esquerda da ANDES, para manter sua representatividade junto ao conjunto dos docentes, que está longe de assumir o perfil político e ideológico dos dirigentes do Movimento Docente.

Em artigo para *Universidade e Sociedade*, Sofia Lerche Vieira afirma que "o movimento docente aparece como uma força significativa e indiscutível na preservação de interesses trabalhistas e de preservação do ensino superior público e gratuito". Mas, por outro lado, seria preciso "quebrar arestas do corporativismo", que encontraria seu terreno mais fértil no Departamento:

*Ele está presente tanto nos processos mais simples como na forma como são encaminhados planos de atividades e de afastamento, como nos processos mais complexos onde se manifestam os diferentes interesses em jogo na universidade — o ensino versus a pesquisa, o trabalho criativo versus a alienação, os interesses de uns versus os de todos. Enquanto essa tendência persiste e se multiplica no interior da instituição o avanço da construção de uma universidade comprometida com um novo perfil de homem e de sociedade é bloqueado.* (Vieira, 1991. p.15)

Nem sempre há consenso entre os docentes sobre o limite entre o corporativismo e os legítimos interesses trabalhistas. Por exemplo, a reivindicação da ANDES de estabilidade em todos os níveis da carreira acadêmica e de isonomia entre as universidades federais foi contestada em 1991 pelo professor Ênio Candotti, da UFRJ, também presidente da SBPC. Em entrevista a *Universidade e Sociedade*, Candotti explicou as diferenças entre as diretorias da SBPC e da ANDES, em 1991:

*Sou a favor da estabilidade em determinados níveis da carreira universitária, de modo que uma efetiva liberdade de pensamento possa ser exercida, mas não precisa ser do primeiro ao último degrau, de modo que nós mesmos cheguemos a formar gente sem possibilidade de ser absorvida pela universidade porque ela está saturada. Um sistema que não tem mecanismos de renovação satura em 10 anos. Então, é preciso haver entrada e haver saída. Quanto à isonomia — como é possível tratar dos problemas da Universidade de Rondônia, se não soubermos diferenciar situações e soluções? Talvez um piso comum seja necessário mas apenas isso. Caso contrário, nós estamos colocando a Universidade numa camisa-de-força que talvez a ANDES, por ser um sindicato nacional, precise defender este*

*princípio. É preciso que a SBPC tenha sua independência para ajudar a ANDES a se livrar dessa camisa-de-força e orientar as forças vivas para a construção de uma educação diversificada melhor, que é o objetivo de todos nós, e nisso, tenho absoluta certeza de que todos estão de acordo. Apenas os caminhos, os modos de operar divergem; então vamos mantê-los divergentes até encontrar um acordo estável.* (Candotti, 1991. p.57)

Outras reivindicações da ANDES poderiam ser qualificadas como abrindo brechas ao corporativismo. Por exemplo, em sua "Plataforma para a Assembléia Nacional Constituinte", publicada nos *Cadernos ANDES*, n.4, propõe-se "o direito dos professores de requerer aposentadoria integral aos 25 anos ou aposentadoria proporcional aos 20 anos de efetivo exercício do magistério" (1987. p.21). Segundo o depoimento que nos concedeu Sílvio Frank Alem, essa reivindicação não seria nova, seria, sim, a retomada de um direito que os professores já tiveram no passado — que se justificaria sobretudo para os professores da rede privada, em geral horistas e sobrecarregados do trabalho desgastante em sala de aula. Essa explicação seria suficiente para privilegiar os professores em relação às outras categorias profissionais? Novo exemplo que pode abrir caminho ao corporativismo: na sua "Proposta para a Universidade Brasileira" (*Cadernos ANDES*, n.2), sugere-se que a "progressão na carreira docente se fará através de mecanismos de avaliação que utilizem como critérios não apenas a titulação formal, mas também o desempenho do professor nas atividades essenciais da universidade: ensino, pesquisa e extensão" (1986. p.26-7). A alusão vaga a esses "critérios" pode dar margem à progressão na carreira de professores sem titulação ou notório saber acadêmico. Por outro lado, muitas das reivindicações da ANDES vão nitidamente contra interesses corporativos; exemplificando, contrariamente aos interesses imediatos de certos professores, é questão de princípio para a ANDES a admissão na carreira docente apenas mediante concurso público, com oportunidades iguais aos candidatos, bem como a realização de novo concurso para provimento do cargo de professor titular.

Na entrevista que nos concedeu, Rubens Pinto Lyra afirmou que o "novo sindicalismo" da ANDES é autônomo, combativo e democrático, e que o corporativismo do Movimento Docente "não é dos mais exacerbados". Todavia, ele reiterou críticas, presentes em vários de seus escritos, ao que chamou de aliança tácita nas universidades entre os "supermilitantes" — dirigentes sindicais que por vezes incorrem num vanguardismo político que os separa do conjunto do professorado (Lyra, 1982. p.95) — e o "corporativismo" de professores que não se interessam por qualquer mudança de fundo na vida acadêmica: "os professores medíocres vêem que a ANDES defende seus salários e não os incomoda, então o corporativismo se alia ao vanguardismo".

Num documento de 1988, "Por uma ANDES-Sindicato representativa e comprometida com a Universidade", Lyra advogava medidas para aprimorar a representatividade e a democracia interna do Movimento Docente, tais como quórum mínimo mais elevado para: Assembléias; eleições de delegados para o Congresso da ANDES; e eleição da diretoria da entidade. Propunha ainda um real empenho da ANDES em "quebrar os interesses corporativistas que acomodam privilégios, ociosidade e a incompetência de muitos" (1988. p.2). Outro documento de Lyra, que avaliava criticamente o IX Congresso da ANDES, ia no mesmo sentido: reforçar a representatividade e a democracia na entidade, e que ela se empenhasse em quebrar o corporativismo e "a hegemonia do clientelismo e do burocratismo nas IES federais" (1990. p.4).

Tratando das mesmas questões, Sílvio Frank Alem declarou-nos ser um equívoco de Lyra e dos críticos da ANDES cobrar da entidade atitudes que devem ser da administração universitária. Para ele, não seria papel do sindicato "pedir a demissão de um professor que não está cumprindo com suas obrigações (...) nem — sob pena de ele confundir-se com a Instituição — montar um plano de avaliação para ela (...) É uma falácia dizer que a gente não quer que a Universidade seja avaliada". Segundo Alem, tenta-se equivocadamente "cobrar do sindicato que ele faça o papel do conjunto da sociedade, no sentido de discutir a situação docente". Porém, perguntamo-nos: a própria tradição da luta dos professores universitários, por não pretender apenas defender os interesses trabalhistas da categoria, mas inserir-se num cenário mais amplo de transformação global da educação e da sociedade, não conduziria a essa cobrança?

Sílvio Alem negou o "cupulismo vanguardista": chegou a citar "dispositivos caça-pelegos no estatuto da ANDES", como o que proíbe mais de dois mandatos consecutivos aos dirigentes. Ele garantiu também que a representatividade da ANDES é alta, podendo ser medida "pela adesão às greves, pela presença no momento de deflagração das greves", pela contribuição financeira de "quase cinqüenta mil docentes" sindicalizados. Para ele, "paulatinamente, o professorado do ensino superior vai tomando consciência de sua condição de trabalhador", mas admitiu "não haver uma homogeneidade no nível de consciência" do professor universitário, que "em média não é tão politizado quanto sua direção".

Fugiria dos nossos propósitos avaliar mais detidamente o fenômeno do "corporativismo" e do "cupulismo" no Movimento Docente. O que importa aqui é indicar a tensão às vezes existente entre as reivindicações específicas da categoria e um projeto socializante mais abrangente para a educação e para a própria sociedade, defendido pela ANDES, que vem construindo uma identidade social e política de esquerda. Esta, ainda que não possa ser generalizada para o conjunto dos professores, é válida para dirigentes e bases mobilizados na construção do Move-

mento Docente, organizado em todas as universidades públicas.

Já salientamos que o Movimento Docente herdou uma característica essencial do Movimento Estudantil, a fusão da luta reivindicativa com a luta política. Osvaldo Maciel afirmou que muitos dos fundadores da ANDES "traziam, na bagagem, o patrimônio político forjado nas lutas do movimento estudantil (ME)" (1991. p.68). Só que, enquanto o ME se autopenitenciava por seu caráter "pequeno-burguês"<sup>4</sup>, o Movimento Docente organizado na ANDES prefere considerar-se como parte da luta da classe trabalhadora brasileira. Para o secretário-geral da ANDES, Sílvio Frank Alem, a transformação da entidade em sindicato teve uma importância simbólica:

*As palavras podem ser mágicas: Sin-di-ca-to, não mais As-so-ci-a-ção. O assumir, vernáculo, da condição de trabalhadores. Por trás da palavra Sindicato, mais de cem anos de lutas, (...) de uma história que as classes dominantes e seus cronistas ocultam e mutilam. O movimento docente organizado na ANDES faz parte dessa história; (...) nossas lutas, nossa inserção no processo histórico vivido pela classe trabalhadora brasileira. (Alem, 1991. p.56)*

Em inúmeros outros artigos de *Universidade e Sociedade*, além de documentos da ANDES, reaparece essa auto-representação do Movimento Docente como parte de uma luta mais geral da classe trabalhadora. Sucede que, ao contrário do que escreveu Alem, as palavras não são "mágicas": a constituição de um sindicato majoritariamente composto por professores que são funcionários públicos é, sim, a de um sindicalismo de trabalhadores, mas trabalhadores de classe média. Os professores em instituições públicas não podem ser constituintes da classe traba-

lhadora nem em sentido estrito (o proletariado industrial), nem em sentido amplo (a classe dos trabalhadores assalariados na produção e na realização da mais-valia, conforme a análise da obra de Marx empreendida por Ruy Fausto, 1987). Para um balanço das teorias sobre o caráter do trabalho do professor, ver Pessanha (1994. p.15-69).

Por tudo o que foi exposto, parece mais produtivo encarar as ambigüidades do sindicalismo de classe média, o qual pode tornar-se de esquerda, ligando-se aos interesses do conjunto dos trabalhadores. A perspectiva do Movimento Docente, que se vê como parte da luta anticapitalista da classe trabalhadora — daí o entoar da Internacional Socialista em diversas reuniões da ANDES —, paradoxalmente contribui para nossa hipótese de que há novos setores de classe média tendencialmente de esquerda, sobretudo nas áreas ligadas à apropriação coletiva do fundo público. Tanto existe um ideário de esquerda dentre os movimentos de professores, que eles preferem considerar-se parte da classe trabalhadora (sujeito da emancipação social, na tradição analítica marxista, predominante na direção da ANDES), evitando encarar sua ambigüidade de classe média.

Assim, concluindo, pode-se dizer que a ANDES é um exemplo da construção de identidades de esquerda por segmentos das novas classes médias — marcados pela defesa de posições corporativas, em algumas ocasiões contraditórias com o discurso universal e socializante de suas lideranças sindicais e partidárias —, que tem caracterizado as lutas sociais recentes no Brasil.

4 Para uma avaliação do pertencimento de classe e da inserção social de estudante nas lutas dos anos 60, ver Ridenti (1993. p.140-9).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEM, Sílvio F. História do sindicalismo no Brasil: uma periodização. *Universidade e Sociedade*, 1, n.1, p.56-65, 1991.
- . Entrevista ao autor. São Paulo, julho de 1993.
- BALDIJÃO, Carlos E. ANDES — breve história. *Cadernos ANDES*, Juiz de Fora, n.1, p.7-11, jan. 1988.
- Cadernos Andes*. Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira. Juiz de Fora, n.2, jul. 1986.
- Cadernos Andes*. A Questão das verbas e o financiamento da Universidade. Juiz de Fora, n.3, abr. 1987.
- Cadernos Andes*. Plataforma dos Docentes do Ensino Superior para a Constituinte. Brasília, n.4, maio 1987.
- Cadernos Andes*. O Regime jurídico único. Curitiba, n.9, fev. 1992.
- CANDOTTI, Ênio. Entrevista. *Universidade e Sociedade*, v.1, n.2, p.52-7, 1991.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. A Avaliação da universidade: concepções e perspectivas. *Universidade e Sociedade*, v.1, n.1, p.14-24, 1991.
- CHAUÍ, Marilena. Política e cultura democráticas: o público e o privado entram em questão. *Universidade e Sociedade*, v.1, n.2, p.58-63, 1991.
- CUNHA, L. Antonio. Crise de identidade na universidade pública — a avaliação em questão. *Universidade e Sociedade*, v.2, n.3, p.10-2, 1992.
- ESTATUTO DA ANDES*. São Paulo, dez. 1989.
- FAUSTO, Ruy. *Marx: lógica e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Tomo II.
- FORACCHI, Marialice M. *A Participação social dos excluídos*. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- FREITAS, L. Carlos de. Anotações sobre avaliação — Universidade e Estado. *Universidade e Sociedade*, v.2, n.3, p.13-5, 1992.
- GARCIA, Marco Aurélio. Contribuição para uma história da esquerda brasileira. In: ANTUNES, Ricardo et al. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.193-223
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.



- LODI, Lúcia H., VIEITEZ, Cândido G. Sobre a autonomia universitária. *Universidade e Sociedade*, v.1, n.2, p.39-40, 1991.
- LYRA, Rubens Pinto. *Universidade e movimento docente*. João Pessoa, FUNADE/UFPb Ed. Universitária, 1982.
- . Por uma ANDES-Sindicato representativa e comprometida com a Universidade. 1988. (mimeo)
- . A ANDES e seu Congresso: uma avaliação crítica. 1990. (mimeo)
- . Entrevista ao autor. João Pessoa, jul. 1993.
- MAAR, Wolfgang Leo. A Universidade como espaço público crítico. *Universidade e Sociedade*, v.1, n.2, p.46-7, 1991.
- MACIEL, Osvaldo de O. Trabalhando a luta, construindo (a) história (I). *Universidade e Sociedade*, v.1, n.1, p.68-75, 1991.
- . Trabalhando a luta, construindo (a) história (II). *Universidade e Sociedade*, v.2, n.4, p.2-15, 1992.
- MARTINS Fº, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1974*. Campinas: Papyrus, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática. In: O'DONNELL, G., REIS, F. W. (orgs.). *Dilemas e perspectivas da democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1988.
- . Universitários, uni-vos. *Universidade e Sociedade*, v.1, n.2, p.7-9, 1991.
- PASQUINO, Gianfranco et al. *Dicionário de política*. Brasília: EDUNB, 1992.
- PESSANHA, Eurize C. *Ascensão e queda do professor*. São Paulo: Cortez, 1994.
- RIDENTI, Marcelo S. *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1993.
- UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, v.I, n.1, fev. 1991.
- UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, v.I, n.2, nov. 1991.
- UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, v.II, n.3, jul. 1992.
- UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, v.II, n.4, dez. 1992.
- UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, v.III, n.5, jul. 1993.
- VIEIRA, Sofia L. A Universidade Federal em tempos sombrios. *Universidade e Sociedade*, v.1, n.2, p.10-6, 1991.
-